

# Do Estado servil à nação soberana

Barbosa Lima Sobrinho

O senador dos Estados Unidos, Frank Church, desejou conhecer a extensão do domínio econômico de seu país, sobre alguns Estados da América Latina, especialmente o México e o Brasil. Na sua qualidade de presidente de um subcomitê daquela casa do Congresso, poderia ter tomado a iniciativa de propor a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas pensou, naturalmente, que os senadores dos Estados Unidos são pessoas muito ocupadas, como os senadores de qualquer país. Em vez de uma Comissão de Inquérito, preferiu convidar dois especialistas de sua confiança, para a realização das pesquisas indispensáveis.

De 1955 a 1973, o domínio do capital americano havia passado do índice 20% para 61%, como revelaram os técnicos convidados pelo senador Frank Church, a saber R. S. Newfarmer e W. F. Muller, que elaboraram relatório minucioso, de que nos dá notícia J. W. Bautista Vidal, no seu importante livro *Do Estado servil à nação soberana*, publicado pela Editora da Universidade de Brasília, para realçar a significação da investigação realizada.

É evidente que os autores do relatório não encontraram nenhuma dificuldade em distinguir as sociedades americanas das sociedades mexicanas ou brasileiras. Por sinal que, muito antes deles, um ex-presidente dos Estados Unidos, que fora também notável publicista, Woodrow Wilson, já nos lembrara que ouvia falar em concessões feitas pela América Latina ao capital estrangeiro, mas não dos Estados Unidos ao capital de outros países... E que (dizia) não fazemos concessões ao capital de outros países." E concluía, verdade que antes da primeira guerra mundial, lá pelas alturas de 1913, afirmando:

"Um país é possuído e dominado pelo capital que nele se tenha investido", como nos lembra Eduardo Galeano, no seu livro *As Veias abertas da América Latina*.

Dai se pode inferir que o senador Frank Church desejava saber até onde o México e o Brasil estavam sendo possuídos e dominados pelo capital de seu país. E o relatório preparado pelos especialistas de sua confiança dava resposta precisa, como nos relata J. W. Bautista Vidal, nas páginas 114-115 de seu importante livro, informando:

"A desnacionalização industrial progressiva tende a minar a soberania dos países. Soberania econômica não significa autarquia ou isolacio-

nismo, em matéria de investimento, produção, desenvolvimento tecnológico e mercado internacional. Embora os governos costumem valorizar a interdependência atual do mundo econômico, o que é relevante, entretanto, é a autoconfiança e o autodirecionamento da capacidade industrial, como resposta às necessidades e prioridades dos países. Soberania econômica significa, portanto, o controle nacional das decisões básicas que afetam a economia. Na ausência de um quadro institucional poderoso para explicitamente controlar o poder das Corporações Transnacionais, o enfraquecimento das empresas privadas locais independentes, devido ao aumento da presença dessas Corporações estrangeiras, ameaça a soberania econômica dos países. Onde as empresas multinacionais têm penetrado e estendido o seu controle sobre a maior parte da produção, o poder de decisão, que afeta a economia das firmas, fica transferido do capital nacional para o capital estrangeiro. A liderança dos negócios e da indústria passa a provir de fora, trazendo, com isto, a possibilidade

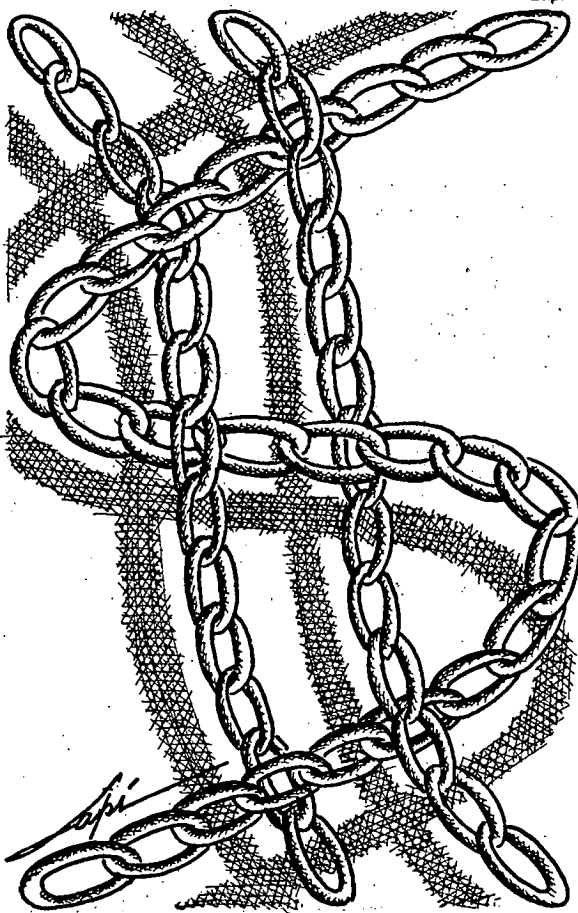
conduzir a um comportamento diferente daquele que ocorreria, se a propriedade fosse nacional. As decisões quanto ao uso de recursos, quando fundamentais em decisões econômicas, como vem ocorrendo no México e no Brasil, o comportamento que convém às corporações multinacionais pode causar, às indústrias, um desempenho inferior. Ao nível macroeconômico, a estrutura da propriedade estrangeira pode até contribuir para um desempenho adverso à economia desses países. Se uma recessão local resulta numa queda da demanda agregada, essas subsidiárias têm a capacidade de reduzir a produção, e elevar os preços, para proteger seus níveis de lucro. Os ganhos são de investimento externo diminuído. Desse modo os esforços da economia local, para restaurar o crescimento econômico, podem ser truncados, na medida em que as empresas multinacionais exacerbam os déficits do balanço de pagamento."

Peco perdão pela extensão da citação, mas me pareceu necessário recordar as conclusões e as lições de um relatório apresentado ao Senado dos Estados Unidos, por autores que não devem ter incorrido na pecha de xenofobia, com que se escudam os alienados de sempre. São verdades com as quais podemos aferir a extensão da dependência econômica, na visão de pesquisadores estrangeiros.

Que se pode esperar dessa situação de dependência? Quando muito, o argumento da *reciprocidade*, o engodo freqüente com que se construiu, no século passado, o domínio comercial da Inglaterra. Para perceber o que significa, basta confrontar as instalações dos bancos brasileiros fora de nossas fronteiras com a dos bancos estrangeiros no Brasil. Escritórios vagabundos de um lado, e palácios suntuosos como símbolos de um capital dominante, do outro. E o mais grave é que colônias que se consideram soberanas nem querem conhecer a situação real da presença do capital e das sociedades estrangeiras, como escravos procurando esconder os grilhões que os manietam. Basta recordar que, no Brasil, já foram consideradas brasileiras sociedades com mais de noventa por cento de capital estrangeiro. E até no projeto de Constituição se declaram brasileiras sociedades formadas com o capital estrangeiro.

Tudo isso por quê? Pelo medo de afugentar um escasso capital estrangeiro que se dirija para o nosso país. E será, de certo, por influência desse medo, que o Brasil não pode ter nem a esperança de sair daquela situação de estado servil, para alcançar a realidade de uma nação soberana, a que se reporta J. W. Bautista Vidal, valendo-se, como acabamos de ver, das lições de um importante relatório apresentado ao Senado dos Estados Unidos.

Nem assim tomamos coragem, para reagir e para tomar o rumo da emancipação econômica, com que completar a soberania nacional. Como se tivéssemos prazer em figurar na lista enorme dos Estados servis.



de que as decisões sejam mais relacionadas com a dinâmica mundial das operações das corporações multinacionais do que com as necessidades do mercado local. Esta dependência das decisões é levada ao extremo pelo tipo de relacionamento entre as subsidiárias e as matrizes. Essas subsidiárias são altamente dependentes em pesquisa e desenvolvimento, em tecnologia, em insumos críticos ou em mercados externos e em endividamento a longo prazo. Assim, em muitos setores industriais, o desenvolvimento cria um grau substancial de dependência econômica externa. A propriedade de uma indústria estando em mãos estrangeiras, pode, freqüentemente,